

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS

LEI Nº 5.738, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA AS LEIS Nº 1.783, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977, Nº 1.943, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979, Nº 4.818, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003, Nº 5.503, DE 13 DE MAIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Canoas. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do art. 32, da Lei nº 1.783, de 30 de novembro de 1977, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. ...

§ 1º As imunidades serão reconhecidas e as isenções concedidas por ato do Diretor da Administração Tributária, sempre a requerimento dos interessados, na forma estabelecida na legislação.

..." (NR)

Art. 2º Ficam alterados os §§ 1º, 2º e 3º do art. 52, da Lei nº 1.783 de 1977, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. ...

§ 1º A Notificação de Início de Revisão Fiscal, servirá para registrar a abertura dos procedimentos de fiscalização e requisitará ao contribuinte, substituto tributário ou responsável tributário, os elementos necessários aos trabalhos da fiscalização, sendo de 20 (vinte) dias o prazo para seu atendimento, a partir da data da ciência, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez por até 10 (dez) dias, desde que solicitado, via processo administrativo, antes de decorrido o prazo inicial.

§ 2º Poderão ser emitidas novas notificações, sempre que houver necessidade, contendo o prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da ciência, para atendimento ao exigido pelo Fisco.

§ 3º A abertura do procedimento de Revisão Fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação às obrigações tributárias vencidas, exceto nos casos de interpretação por parte do substituto tributário ou responsável tributário, quanto a não retenção do ISSQN devido nos serviços por ele contratado, devendo o mesmo ser notificado para regularização das diferenças encontradas, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS

..." (NR)

Art. 3º Ficam alterados os §§ 1º e 2º do art. 53, da Lei nº 1.783, de 1977, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53. ...

...

§ 1º A Notificação de Verificação Fiscal servirá para registrar a abertura dos procedimentos, considerando as características de cada objetivo elencado no caput deste artigo, contendo o prazo de 20 (vinte) dias da ciência do Contribuinte, Substituto Tributário ou Responsável Tributário, para seu atendimento. ...

§ 2º Poderão ser emitidas novas notificações, sempre que houver necessidade, contendo o prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da ciência, para atendimento do exigido pelo Fisco.

..." (NR)

Art. 4º Fica alterado o caput do art. 65, da Lei nº 1.783, de 1977, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65. É passível de multa, que será graduada em função da Unidade de Referência Municipal (URM), o contribuinte ou responsável pelo recolhimento que:

..." (NR)

Art. 5º Fica alterado o título da Seção 3ª, do Capítulo III, do Título II, da Lei nº 1.783, de 1977, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"SECÇÃO 3ª

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E DAS MULTAS" (NR)

Art. 6º Fica acrescentado o § 3º ao art. 68, da Lei nº 1.783, de 1977, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 68. ...

...

§ 3º O ISSQN declarado espontaneamente pelo contribuinte, através de documento válido, assinado por ele mesmo, ou seu representante legal, ou de sistema posto à disposição pelo fisco e que seja protegido por senha eletrônica/web ou certificação digital, não se sujeita a auto de infração, devendo ser inscrito em dívida ativa e encaminhado para a execução fiscal nos termos da legislação em vigor, estando sujeito, ainda, aos acréscimos legais previstos no art. 92, da Lei nº 1.943, de 10 de dezembro de 1979."

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS

Art. 7º Ficam alterados os §§ 6º e 8º do art. 86, da Lei nº 1.943, de 10 de dezembro de 1979, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86. ...

...

§ 6º A isenção prevista no inciso VIII deste artigo será concedida por ato do Diretor de Administração Tributária, mediante parecer circunstanciado do órgão municipal responsável pelo patrimônio histórico.

...

§ 8º A isenção prevista nos incisos IX e X deste artigo deverá ser requerida até 31 de outubro do ano anterior para o qual o benefício é pleiteado e será concedida por ato do Diretor de Administração Tributária, mediante parecer favorável emitido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

..." (NR)

Art. 8º Fica alterado o art. 88, da Lei nº 1.943, de 1979, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 88. São isentos do imposto:

I - as empresas editoras de jornais ou revistas destinadas à publicação de noticiário e informação de caráter geral e de interesse da coletividade;

II - as empresas radioemissoras ou de televisão;

III - as empresas ou entidades promoventes de espetáculos teatrais, cinematográficos, exposições, concertos, recitais e similares, realizados para fins assistenciais;

IV - as empresas juniores, na condição de associações civis sem fins lucrativos, constituídas por universitários e que possuam sede nos respectivos estabelecimentos de ensino superior."
(NR)

Art. 9º Fica alterado quadro constante do caput do art. 91, da Lei nº 1.943, de 1979, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. ...

Meses	Tributos
Janeiro	Pagamento do IPTU em cota ÚNICA ANTECIPADA.
Fevereiro	Pagamento do ISSQN fixo anual.
Março	Pagamento do IPTU em cota ÚNICA e Taxa de Fiscalização de

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS

	Atividades.
Abril	1ª prestação do pagamento parcelado do IPTU, sendo que as demais prestações, em número de 7 (sete), vencem nos meses de maio a novembro.
Mensalmente	Arrecadação do ISSQN fixo mensal; ISSQN variável, parcelamentos de dívidas e outros créditos municipais.

Art. 10. Fica alterado o § 4º do art. 92, da Lei nº 1.943, de 1979, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92. ...
...

§ 4º A multa de mora será de 2% (dois por cento) ao mês ou fração de mês, sobre o valor corrigido do tributo, até o limite de 20% (vinte por cento).

..." (NR)

Art. 11. Fica alterado o art. 92-A, da Lei nº 1.943, de 1979, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92-A. Anualmente, os valores dos tributos municipais, bem como suas respectivas bases de cálculo, e as multas, terão seus valores corrigidos com base na variação da Unidade de Referência Municipal (URM)." (NR)

Art. 12. Fica alterado o caput do art. 114, da Lei nº 1.943, de 1979, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 114. As imunidades serão reconhecidas e as isenções e reduções concedidas, através do despacho exarado pelo Diretor de Administração Tributária, em requerimento dos interessados, que deverão, nos casos de isenção ou redução, protocolar processo administrativo até o dia 31 de outubro do ano anterior ao do lançamento.

..." (NR)

Art. 13. Fica alterado o caput do art. 3º, da Lei nº 4.818, de 1º de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX deste artigo, quando o imposto será devido no local:..." (NR) ...

Art. 14. Fica alterado o Item "5", da Alínea "B", do Anexo I, da Lei nº 4.818, de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS

"ANEXO I

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

a) ...

...

b) ATIVIDADES SUJEITAS À TRIBUTAÇÃO MEDIANTE A APLICAÇÃO DO PREÇO DOS SERVIÇOS FIXADOS VINCULADOS À UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL (URM)

...

5 - Serviços prestados por sociedade, mediante aplicação de valor vinculado à Unidade de Referência Municipal – URM

- Por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, por mês..... 200 URM" (NR)

Art. 15. Fica alterado o § 2º do art. 6º, da Lei nº 5.503, de 13 de maio de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º ...

...

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou há menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no § 1º deste artigo, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

..." (NR)

Art. 16. Ficam alterados os incisos I e II do art. 8º da Lei nº 5.503 de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º ...

I - a primeira aquisição de terreno, quando este se destinar à construção de casa própria e cujo valor não ultrapassar a 17.000 (dezessete mil) Unidades de Referência Municipal (URM);

II - a primeira aquisição da casa própria, cujo valor não seja superior a 34.000 (trinta e quatro mil) URMs;

..." (NR)

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º do

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS

mês subsequente ao de sua publicação, exceto para o art. 10 desta Lei que produzirá efeitos a partir do dia 1º de julho de 2013 e do art. 15 desta Lei cujos efeitos serão retroativos ao dia 1º de janeiro de 2013.

Art. 18. Ficam revogados os arts. 28, 29, 30 e 31 da Lei nº 1.783, de 30 de novembro de 1977 e o parágrafo único do art. 51, da Lei nº 1.943, de 10 de dezembro de 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, em quinze de março de dois mil e treze (15.3.2013).

Jairo Jorge da Silva
Prefeito Municipal

Lucia Elisabeth Colombo Silveira
Vice-Prefeita

Paulo Peretti Torelly
Procurador Geral do Município

Mario Luis Cardoso
Secretário Municipal das Relações Institucionais e Monitoramento

Fabio Ramos Cannas
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Marcos Antonio Bosio
Secretário Municipal da Fazenda